



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCICLÉCIO DA CUNHA SOUSA

**OS *STAKEHOLDERS* E A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM
ESTUDO MULTICASO**

**CAMPINA GRANDE
2017**

LUCICLÉCIO DA CUNHA SOUSA

OS *STAKEHOLDERS* E A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO MULTICASO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Gerencial.

Orientadora: Prof^ª. Roseane Patrícia de Araújo Silva.

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725s Sousa, Luciclecio da Cunha.

Os stakeholders e a utilidade da informação contábil [manuscrito] : um estudo multicaso / Luciclecio da Cunha Sousa. - 2017.

21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Roseane Patrícia de Araújo Silva, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Informação contábil . 2. Stakeholders. 3. Tomada de decisão . 4. Gestão estratégica . 5. Finanças .

21. ed. CDD 557.7

LUCICLÉCIO DA CUNHA SOUSA

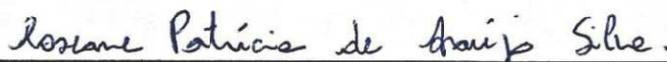
OS *STAKEHOLDERS* E A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO
MULTICASO

Artigo, apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

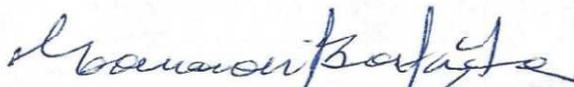
Área de concentração: Contabilidade Gerencial.

Aprovado em: 11 / 12 / 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Roseane Patrícia de Araújo Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Ednadi Batista da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Msc. Adamo da Cruz Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
2	REFERENCIAL TEÓRICO	06
2.1	A Informação Contábil.....	06
2.2	A Teoria dos <i>Stakeholders</i> e a Contabilidade.....	07
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	09
4	RESULTADOS DA PESQUISA	11
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
	REFERÊNCIAS.....	18
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	20

OS *STAKEHOLDERS* E A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO MULTICASO

Luciclécio da Cunha Sousa¹

RESUMO

Atualmente as informações contábeis no que concernem as atividades desenvolvidas no âmbito empresarial têm-se evidenciado cada vez mais importantes no que diz respeito à tomada de decisões por parte dos *stakeholders*. Diante dessa premissa e, partindo das conjecturas atreladas as convergências internacionais (IFRS), o presente trabalho teve como objetivo verificar a utilidade da informação contábil por parte dos *stakeholders* como forma de nortear os caminhos estratégicos a serem percorridos pelas organizações. Com isso, realizou-se um estrato de várias empresas as quais abarcassem os segmentos: industrial, comercial e de prestação de serviços na cidade de Campina Grande/PB. O estudo se caracteriza como descritivo, exploratório e de natureza qualitativa, sendo instrumento de coleta, o questionário. Os resultados da pesquisa apontam que os *stakeholders* utilizam-se na sua grande maioria as informações de natureza financeira, não fazendo uso significativo das informações de cunho gerencial, sendo estas de essencial importância para à tomada de decisões.

Palavras-Chave: Informação Contábil. Organizações. *Stakeholders*.

1 INTRODUÇÃO

Em sentido lato, a contabilidade é a ciência que tem como princípio fundamental o controle patrimonial das entidades. Em qualquer organização independentemente do porte ou do ramo de atuação, a informação contábil vem como peça essencial para consecução dos objetivos empresariais. Além disso, serve também como lastro para dar sustentação às decisões por parte daqueles que as utilizam, os *stakeholders*, também conhecidos como usuários da informação contábil, dentro das organizações são os responsáveis pelas tomadas de decisões estratégicas.

Na literatura, os estudos demonstram que as conceituações sobre os *stakeholders* não são petrificadas quanto ao aspecto *sui generis*. Friedman e Miles (2006) destacam 55 diferentes definições do termo em 75 publicações analisadas. A mais antiga das conceituações datada em 1963 creditada a um memorando interno do *Stanford Research Institute*, referindo-se a *stakeholders* como “aqueles grupos sem o suporte dos quais a organização cessaria de existir” (FREEMAN, 1984, p. 31).

¹ Aluno de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: luciclecio@smcontabilidade.com

O termo *stakeholders* ficou universalmente conhecido a partir da definição de Freeman (1984, p. 46), “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar, ou é afetado, pelo alcance dos propósitos de uma firma”. Ressalta-se que o próprio embasamento teórico subsidia que não há unicidade do conceito sobre os *stakeholders*, havendo correntes que vão de encontro com as definições do autor e outras que compactuam com esse entendimento. Nos dias atuais, contudo, é evidenciado o forte elo existente entre os *stakeholders* e as organizações empresariais. Em outras palavras, é notório que um depende do outro para existir, nesse contexto à contabilidade surgiu como fio condutor de comunicação através da geração de informações.

Vasconcelos e Viana (2002) comentam que o maior dos objetivos da contabilidade é levar aos *stakeholders* as informações que necessitam para gerir suas organizações, o que ocorre por meio de relatórios, pareceres, tabelas, planilhas e outras formas. Com a padronização através da convergência das normas internacionais de contabilidade (IFRS), houve um significativo ganho, principalmente, quando atinente à geração de informação de alta qualidade.

Segundo o CFC (2012), as características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

A partir disso, com a informação contábil cada vez mais ajustada a atender as necessidades dos *stakeholders*, é pertinente também avaliar a absorção da integralidade dessas informações por parte destes usuários.

Nesse contexto, a pesquisa direcionou o estudo para responder a seguinte questão problema: A informação contábil é compreensível para com os seus *stakeholders* no tocante à tomada de decisões?

Com isso, a pesquisa tem como propósito analisar a percepção quanto ao aspecto de entendimento das informações que são produzidas e direcionadas aos *stakeholders* dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços localizados na cidade de Campina Grande/PB. Realizou-se um estrato com várias empresas as quais fundamentalmente abarcassem os três segmentos, com aplicação de questionários para os *stakeholders*.

A pesquisa direcionada a essa temática se deu em função do grande volume de informação produzida pela contabilidade, mas que na maioria das vezes não é utilizada como ferramenta de gestão no processo decisório, muitas vezes devido à dificuldade de compreensão dos fatos evidenciados nas peças contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Informação Contábil

As normas contábeis vêm passando por um processo intenso de convergência, seguindo um padrão internacional, o resultado disso no tocante à informação é a produção de demonstrativos financeiros de alta qualidade. De acordo com Rodrigues (2012), o Brasil foi o primeiro país em que as regras do IFRS (*International Financial Reporting Standard*) foram efetivamente aplicadas a todas as empresas – o que ocorreu durante o ano de 2010. A importância disso é a uniformização, em regra, dos fatos contábeis que servirão para evidenciar a informação em qualquer tipo de organização empresarial, independentemente do porte.

É perceptível que nos dias atuais a contabilidade, apesar de todo o processo de mutação que vem ocorrendo para melhoria da informação disponibilizada aos usuários, estes não conseguem em sua grande maioria absorver a integralidade dessas informações, principalmente quando direcionadas às organizações de pequeno porte. Para Kassai (1997), pelas características diferenciadas que apresentam em relação à grande empresa pode-se constatar que as pequenas empresas enfrentam problemas de gestão específicos. Ainda segundo a autora, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos proprietários de empresas de pequeno porte na tarefa de administrar, refere-se à compreensão dos aspectos financeiros e contábeis do negócio.

De acordo com estudos brasileiros relacionados ao tema, Stroehrer (2008) entende que na maioria das pequenas empresas ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis, essas distorções muitas vezes atreladas à produção e evidenciar a informação dotadas de vícios, os quais afetam o diagnóstico preciso da entidade ou interpretações equivocadas por parte dos usuários em determinado recorte temporal. Destaca-se, ademais, o valor preditivo da informação contábil. Wall (2010) descreve em um ensaio teórico no qual discute a informação contábil e a função gerencial – o que determina a relevância da informação contábil não é o seu desenho em si, mas a maneira como os gestores utilizam e interpretam a informação, através da comunicação verbal por meio dos operadores da contabilidade.

A informação contábil de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2012) deve apresentar as características qualitativas que direcionam a melhoria e a qualidade na evidenciar a informação de tal forma que represente com fidedignidade os fatos. A comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são requisitos mínimos que devem sempre estar presentes na produção e divulgação da informação.

Outrossim, denota-se que, se de um lado os demonstrativos contábeis devem conter todas essas características para produção da informação de qualidade, do outro se encontra os usuários que necessitam ter o mínimo de conhecimento para compreensão dessas informações.

2.2 A Teoria dos *Stakeholders* e a Contabilidade

De modo geral, os *stakeholders* são os atores que de forma direta ou indireta mantém uma relação com a organização empresarial – em outras palavras, são grupos de pessoas, empresas, governo, instituições ou entidades que podem influenciar ou ser influenciadas pelas decisões dessas organizações. As discussões iniciais acerca dos *stakeholders* podem ser outorgadas a Freeman (1984). O referido autor designa que os *stakeholders* correspondem a qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar ou ser afetado pelos objetivos da firma. Não obstante, o tema não ficou restrito a essa definição, outros autores preconizam que os *stakeholders* teriam uma amplitude muito maior, ademais, propugnam que *stakeholders* são todos aqueles que têm reivindicações legítimas sobre a firma, como defende Rowley (1997).

Destarte, é importante alinhar o entendimento que tanto os *stakeholders* quanto à firma, ou mais precisamente a organização empresarial estão intimamente ligadas. Esse elo utiliza-se por vezes a contabilidade como fio condutor de comunicação. A contabilidade tem como papel natural o controle do patrimônio das entidades. Ribeiro (2003, p.19), define contabilidade como “uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio da empresa”. Padoveze (2004, p.29) descreve que a “contabilidade é o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade”. Diante disso, pode-se inferir que a contabilidade tem papel fundamental no tocante ao controle patrimonial, bem como no fornecimento de informações para os *stakeholders*.

Através da evidenciação e mensuração dos fatos econômicos e/ou financeiros, é que são divulgadas as informações mais relevantes por meio das peças contábeis, precisamente, o balanço de resultados que tem como principal finalidade exprimir os resultados dos fluxos positivos e negativos entre as receitas e despesas, e o balanço econômico, que tem encorpado na sua essência diagnosticar a posição patrimonial da entidade.

A informação contábil devido a sua própria natureza não é de fácil aceção por grande parte dos *stakeholders*, principalmente, quando atrelados às pequenas e médias empresas. Acerca disso, diversas teorias versam sobre essa temática, bem como pesquisas nos campos de administração e contabilidade. Evidencia-se, neste contexto, uma concepção a qual preconiza que a informação contábil não é direcionada aos usuários por ser de difícil

interpretação. De fato, o que é notório quando se observa o cenário das pequenas e médias empresas. A divulgação da informação contábil por parte dos analistas tem por finalidade atender os anseios dos *stakeholders* no que concerne o norteamento das atividades organizacionais.

Iudícibus, Martins, Gelbcke (2003) entendem que o objetivo da contabilidade é divulgar informação econômica, financeira e física estruturada aos *stakeholders*, considerado elemento essencial para tomada de decisão. De acordo ainda com os pesquisadores, a contabilidade tem como objetivo principal, subsidiar os *stakeholders* no que concerne a avaliação econômica e financeira da entidade, bem como inferir sobre tendências futuras.

Com isso, o que se observa é que a relação *stakeholders* e contabilidade são extremamente íntimas tendo a informação contábil como principal canal de comunicação. No que concerne às atividades desenvolvidas no âmbito interno da organização, os *stakeholders* que operam da “porta para dentro”, necessitam de informações mais detalhadas do que *stakeholders* que operam da “porta para fora”. Na literatura, as pesquisas evidenciam que, enquanto a contabilidade gerencial estar voltada diretamente para o atendimento aos usuários internos, sendo livre de regulamentação e flexível no tocante a apuração dos resultados, a contabilidade financeira sofre forte imposição legal por parte da administração pública, sendo mais direcionada, principalmente, aos usuários externos e atendimento ao fisco.

O conjunto das informações evidenciadas se dá através da divulgação dos demonstrativos contábeis e, partir disso, os *stakeholders* priorizam as metas que deverão ser traçadas para condução da organização empresarial. Segundo Hendriksen e Breda (1999), a divulgação, em sentido lato, condiz com a veiculação da informação. Yamamoto e Salotti (2006, p. 10) entende a divulgação como sendo “a informação contábil qualitativa ou quantitativa comunicada pela empresa através de canais formais ou informais”.

Nessa órbita, gravitam as informações que devem ser divulgadas compulsoriamente, em função de determinação legal, e as informações voluntárias que, em regra, trazem maior riqueza de detalhes. A respeito disso, Iudícibus (2006), entende que a divulgação deve apresentar a informação de maneira ordenada, sem ocultar ou fornecer informações em excesso, pois ambas são prejudiciais ao processo informativo para os *stakeholders*.

No que diz respeito à informação contábil voltada para os usuários internos, Padoveze (1996, p.27) relata que a “contabilidade gerencial é utilizada dentro da entidade como ferramenta de auxílio aos *stakeholders* em todas as suas facetas operacionais”. Compactuando com esse entendimento, Atkinson; et al. (2000, p.36) diz que “a informação

direcionada aos usuários internos é por natureza subjetiva, livre de regulamentação e que, portanto, rica em detalhes”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que cerne os procedimentos metodológicos utilizados para elaboração do trabalho, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, exploratória e com corte transversal não probabilístico. Os dados iniciais referem-se aos parâmetros que foram desenhados com intuito de fornecer os subsídios necessários para coleta de dados, bem como obter o máximo de segurança possível nos resultados.

Quadro 1. Ficha Técnica da Pesquisa

Parâmetros da Pesquisa	Especificações
Segmentos envolvidos no estrato	2 empresas industriais 3 empresas comerciais 5 empresas de prestação de serviços
Porte da empresa conforme Receita Federal do Brasil	1 empresa de médio porte 2 empresas de pequeno porte 7 microempresas
<i>Stakeholders</i> participantes	15 <i>stakeholders</i>
Assessoria contábil	Externa
Levantamento de dados	Setembro/2017
Coleta de dados	Aplicação de questionários

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa (2017).

A partir do quadro 1, onde se evidencia os parâmetros da pesquisa, o ponto inicial consistiu na seleção de empresas de modo que abarcassem os segmentos industriais, comerciais e de prestação de serviços que operassem na cidade de Campina Grande/PB. A partir disso, é importante ressaltar que o modelo industrial tem por base o conjunto de

operações que são levadas a cabo com a intenção produzir, transformar ou montar partes e peças. Portanto, indústrias são aquelas incumbidas, em regra, de produzir ou promover a transformação das matérias-primas em produtos acabados.

Já o comércio, na sua essência, consiste em qualquer loja, armazém ou estabelecimento. A atividade comercial relaciona-se com a compra e venda de produtos, ou seja, diferentemente da indústria que tem como base a produção de bens, a atividade comercial promove meramente a revenda desses bens. No que diz respeito à atividade de prestação de serviços, é compreendida como a execução de um trabalho contratado por terceiros podendo ser por pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas e que também pode alcançar as consultorias, assim como as assessorias. Naturalmente, o que pode ser evidenciado entre esses segmentos, é que todos utilizam a contabilidade como sistema para produção, geração e divulgação das informações econômicas e financeiras.

No que concerne à definição do porte das organizações empresariais, adotou-se o critério estabelecido pela Receita Federal do Brasil, que tem como base à receita bruta. De acordo com este órgão, para determinação de microempresa, empresa de pequeno porte e média empresa é levada em consideração à receita bruta. Esse critério adotado pela Receita Federal do Brasil tem como finalidade avaliar a potência econômica das empresas. A partir disso, o governo passa a ter o controle do tamanho das empresas, bem como conhecer a capacidade de geração de riquezas por essas entidades, podendo aplicar métodos menos arbitrários atinente à questão da tributação, favorecendo assim as empresas que apresentam um menor grau de geração de riqueza.

Com isso, observa-se que a sistemática seguida pela Receita Federal do Brasil tem caráter meramente tributário a partir da definição do porte da empresa. Destarte, na pesquisa objeto do estudo, é de fundamental importância a análise do tamanho da organização empresarial para verificar se há alguma relação com a qualidade, divulgação e interpretação dos dados disponibilizados. A Receita Federal estabelece as seguintes faixas de receita bruta para determinação do porte empresarial.

- Receita Bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- Receita Bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- Receita Bruta acima R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Para fins de enquadramento de porte empresarial será considerada microempresa aquela que obtiver receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), com relação à empresa de pequeno porte será considerada quando a receita bruta for superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). E, por fim, para as médias e demais empresa será considerada a receita bruta acima de 3.600.00,00 (três milhões e seiscentos mil reais), todas com base nos últimos 12 (doze) meses.

Com relação aos *stakeholders* que participaram da pesquisa e que responderam o questionário, todos ocupam posição de supervisão, gerência ou direção, tratam-se, portanto de um grupo homogêneo compreendido dentro de uma mesma categoria de “partes interessadas” na informação contábil, sendo esse um critério de seleção preponderante para obtenção dos dados, tomando por base que as informações de cunho gerencial e financeira transitam por estes usuários. Quanto ao aspecto relativo à execução dos serviços de contabilidade, todas as empresas terceirizam a prestação do serviço, sendo realizado por escritórios de assessoria contábil externamente.

No que concerne o levantamento dos dados, a amostra teve como recorte temporal na aplicação da pesquisa toda à competência do mês de setembro de 2017. No que tange a coleta de dados, foram realizadas através de questionários aplicados aos *stakeholders* de cada segmento. O questionário consistia em 6 (seis) perguntas que versavam sobre questões atinentes as informações contábeis fornecidas pelos escritórios de contabilidade, bem como informações sociodemográficas relativas aos *stakeholders*.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

O primeiro ponto a ser avaliado na aplicação da pesquisa foi à regularidade de divulgação da informação contábil fornecida pelos escritórios de contabilidade para as organizações empresariais. Esse primeiro ponto foi importante na avaliação para verificar se os escritórios de assessoria contábil atendiam as obrigações previstas na Lei 6.404/76, quanto ao levantamento e a divulgação dos demonstrativos contábeis, principalmente, a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial.

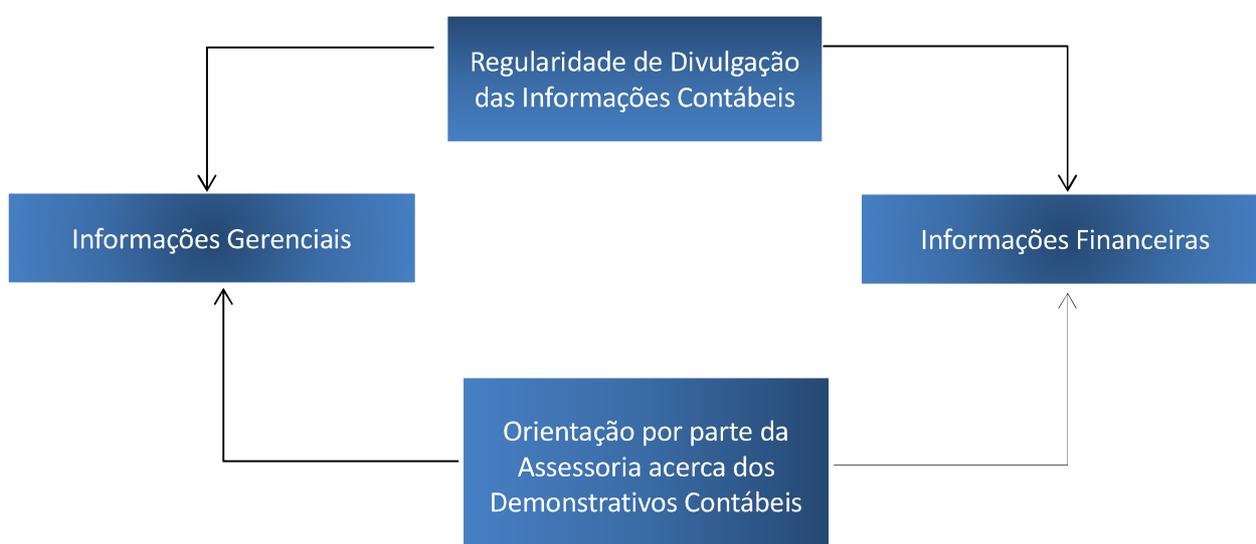
Diante disso, procedeu-se análise das informações de natureza gerencial e as informações de natureza financeira, nesse caso específico o objetivo era de verificar se as informações fornecidas serviam exclusivamente para atendimento à contabilidade financeira, principalmente, ao fisco, ou se os escritórios de contabilidade também

confeccionavam peças contendo informações de natureza gerencial. Esses dados tinham como importância evidenciar até que ponto os usuários das informações utilizam essas ferramentas para o planejamento, controle e tomada de decisão das organizações empresariais.

Além disso, foram verificados pontos relacionados sobre orientações e esclarecimentos acerca dos demonstrativos disponibilizados por parte dos escritórios de contabilidade.

Esses primeiros 4 (quatro), itens objeto dos questionários atinentes à pesquisa, encontram-se de forma sintética a seguir.

Figura1. Informações Contábeis



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa (2017).

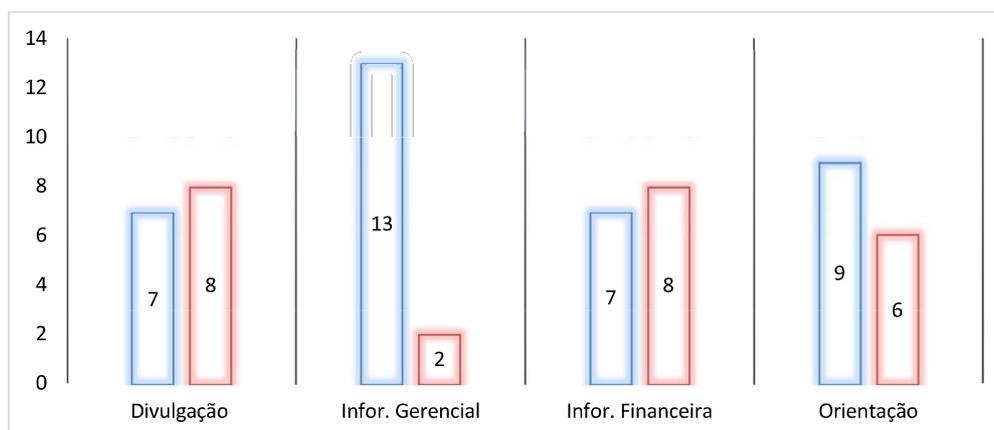
A pesquisa revelou que entre os 15 (quinze) gestores que responderam o primeiro item do questionário relativo à regularidade da divulgação das informações contábeis por parte da assessoria contábil, 8 (oito) responderam que recebem pelos menos a cada trimestre, a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial, contudo, os demais *stakeholders*, ou seja, 7 (sete), responderam que não recebem nenhum tipo de relatório contábil. Esse resultado pode ser explicado devido a maior parte das empresas participantes objeto da pesquisa serem enquadradas como microempresas adotando como regime de tributação o simples nacional o qual a Receita Federal do Brasil prevê como obrigatoriedade de escrituração somente o livro caixa.

No que concerne o fornecimento das informações de natureza gerencial, entre os *stakeholders* que responderam à pesquisa, 2 (dois) responderam que regularmente eram subsidiados pela contabilidade quando da solicitação de peças mais analíticas, os demais *stakeholders*, ou seja, 13 (treze) afirmaram que não era fornecido qualquer tipo de relatório de cunho gerencial, isso também pode ser explicado devido à maioria das organizações empresariais estarem na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte.

Quando avaliado o quesito do fornecimento de relatório financeiro, houve um alinhamento junto com quesito de divulgação, onde 8 (oito), dos *stakeholders* afirmaram que recebem com regularidade esses demonstrativos cuja finalidade é avaliação das atividades empresariais, atualização de dados cadastrais em instituições financeiras, fornecedores ou até mesmo disponibilização para o fisco quando solicitado. Entretanto, 7 (sete) *stakeholders* afirmaram que não fazem uso das informações financeiras disponibilizadas pelos escritórios de contabilidade.

Na avaliação no que tange a orientação por parte dos escritórios de contabilidade acerca dos demonstrativos contábeis disponibilizados, entre os 15 (quinze) *stakeholders* que responderam esse item, 6 (seis) afirmaram que recebem orientação adequada e que conseguem absorver a integralidade das informações prestadas, no entanto, 9 (nove) dos *stakeholders*, foram categóricos em afirmar que, apesar de disponibilizadas as informações contábeis, não conseguem interpretar adequadamente a ponto de realizar um diagnóstico preciso da situação econômico, financeira ou patrimonial da entidade, e atribuem isso a falta de orientação por parte da assessoria contábil, bem como não possuírem conhecimento técnico na área. Para evidenciação dos fatos, pode ser observada a síntese das respostas na figura 2.

Figura 2. Informações Contábeis



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa (2017).

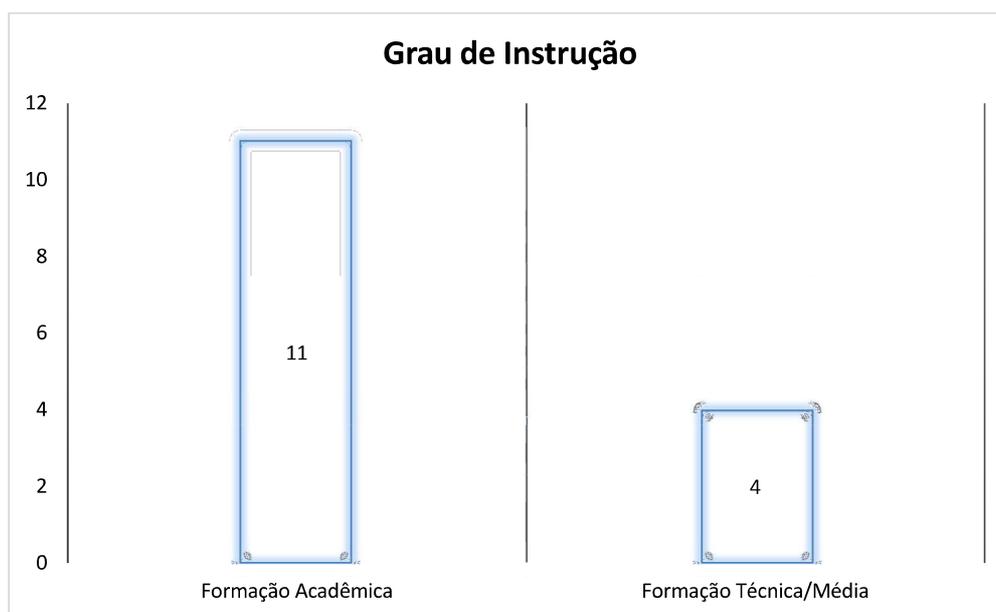
Com relação ao perfil sociodemográfico dos gestores, as questões tratavam do nível de escolaridade, assim como a área de formação. Outro ponto avaliado na pesquisa atinente a este quesito correspondia se área de formação destes relacionava-se diretamente com o campo da contabilidade, administração ou economia.

Os dados que foram levantados sobre esse quesito, aponta que a maior parte dos gestores tem nível de formação superior, o que de fato se torna um contraponto quando da análise das informações disponibilizadas pelos escritórios de contabilidade, principalmente, as de cunho gerencial. Percebe-se que, apesar do nível de formação razoavelmente adequado, estes, em tese, não utilizam ou não solicitam as informações contábeis para auxílio na avaliação das atividades operacionais das organizações empresariais. Isso é um ponto negativo, pois fica evidenciado que as decisões são tomadas, em regra, sem os critérios técnicos mínimos da informação contábil. Por outro lado, essa situação pode ser mitigada se avaliado o grande número de microempresas que a amostra objeto da pesquisa apresenta, sendo, portanto, a conjuntura das informações relativas a essas entidades na sua grande maioria simplificadas, incluindo as de natureza contábil.

O que se pode avaliar diante desse quadro é que dos 15 (quinze) *stakeholders* que responderam esse item, a grande maioria, ou seja, 11 (onze) possuem nível de formação superior, e apenas 4 (quatro) tem nível de formação técnica/média.

Na figura 3 é possível evidenciar a segregação quantitativa entre os níveis de formação acadêmica e técnica/média.

Figura 3. Informações sobre os *Stakeholders*



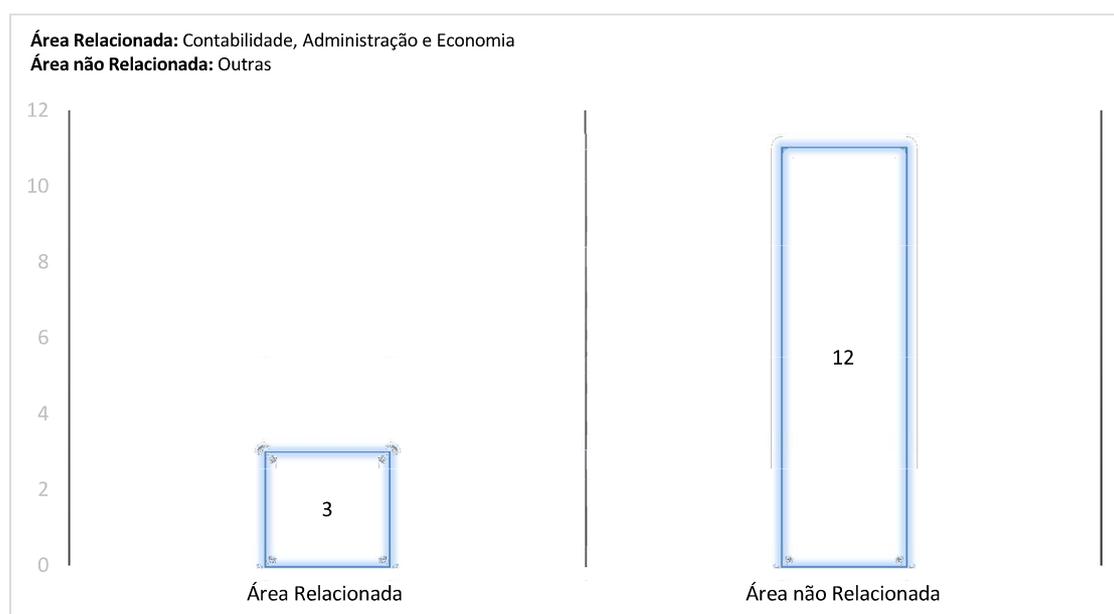
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa (2017).

Outro ponto objeto de avaliação da pesquisa foi o item que tratava sobre os aspectos de relacionamento das áreas do conhecimento com a contabilidade. Com isso, 3 (três) áreas do conhecimento foram selecionadas por terem de forma intrínseca relação com o campo das ciências contábeis. A partir disso, as áreas selecionadas foram contabilidade, administração e economia.

Os critérios adotados na seleção dessas áreas do conhecimento foram, exclusivamente, por terem ligações diretas quanto ao tratamento da informação contábil. Em outras palavras, buscava-se avaliar a relação e influência que essas áreas poderiam trazer na interpretação, no diagnóstico e no julgamento dos dados contábeis. Nota-se, portanto, de acordo com o quadro 6 (seis), que apesar da maioria dos *stakeholders* não possuírem formação acadêmica ou técnica em área relacionada diretamente com a contabilidade, é perceptível conforme dados levantados e apresentados na figura 2 (dois) que há razoável absorção da informação contábil por parte desses *stakeholders*. Isso pode ser explicado também através da orientação que os escritórios de contabilidade prestam a respeito das informações divulgadas.

Em termos quantitativos o figura 4 (quatro) apresenta que dos 15 (quinze) *stakeholders* avaliados na pesquisa, apenas 3 (três) possui formação nas áreas relacionadas com a contabilidade, administração e/ou economia. Os outros 12 (doze) *stakeholders*, não tem formação ou tem formações bem distintas à área da contabilidade. A seguir evidenciado graficamente os dados.

Figura 4. Área Relacionada e não Relacionada



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da pesquisa (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa teve como proposta a avaliação da relevância das informações contábeis disponibilizadas pelos escritórios de contabilidade juntos aos *stakeholders* dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços estabelecidos na cidade de Campina Grande/PB. Avaliando questões sobre a regularidade da divulgação das informações contábeis, natureza das informações, ou seja, financeira ou gerencial, além de verificar o nível de orientação e acompanhamento prestados pelas assessorias para com os *stakeholders*.

Outro ponto objeto de avaliação no trabalho foi o nível de escolaridade que apresentava os *stakeholders*. Esse ponto foi relevante para verificar a relação que isso poderia trazer na análise da informação contábil, além disso, buscou-se alinhar as áreas do conhecimento de contabilidade, administração e economia como relação direta quanto ao entendimento no diagnóstico dos dados.

A resultância disso revela de modo geral que a conjuntura da informação contábil é razoavelmente absorvida pelo os *stakeholders*. Contudo, ressalta-se que deve haver uma ponderação no que concerne essa análise, uma vez que boa parte das entidades tinham características próprias de microempresas e empresas de pequeno porte, que, por conseguinte ocasionaria simplificações nos seus procedimentos contábeis em função de imposição legal o que, de fato explica, mas não justifica, pois a própria lei societária prevê atendimento aos preceitos contábeis para todas as empresas, independentemente do porte.

A principal contribuição que o referido trabalho pôde trazer, é a evidenciação de forma contundente que a maioria dos *stakeholders* não utilizam, tampouco exigem as informações de natureza gerencial junto as suas assessorias, sendo subsidiados praticamente por informações de natureza financeira.

A limitação da pesquisa consiste na amostra restrita, bem como o número de entidades enquadradas como microempresa e empresas de pequeno porte às quais tendem a limitar o uso das informações gerenciais devido as suas especificidades.

Como proposta para futuras pesquisas e estudos voltados ao tema, é interessante a análise de empresas que tenham portes mais significativos, preferencialmente, que tenham receita bruta acima de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) para verificação se há correlação com os resultados encontrados nessa pesquisa.

OS *STAKEHOLDERS* E A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO MULTICASO

ABSTRACT

Currently, the accounting information regarding the activities carried out in the business sphere has become increasingly important in relation to the decision-making by the stakeholders. In view of this premise, and based on the conjectures linked to international convergence (IFRS), the present work aimed to verify the usefulness of accounting information by stakeholders as a way to guide the strategic paths to be covered by organizations. With this, a stratum of several companies was realized that covered the industrial, commercial and service rendering segments in the city of Campina Grande/PB. The study is characterized as descriptive, exploratory and of a qualitative nature, being an instrument of collection, the questionnaire. The results of the research indicate that the majority of the information is financially used, not making significant use of managerial information, which is essential for decision-making.

Keywords: Accounting Information. Organizations. Stakeholders.

REFERÊNCIAS

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. 1. **Pronunciamentos Técnicos Contábeis**. 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc_pronunciamentos_2012_web.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.
- SILVEIRA, Alexandre; YOSHINAGA, Claudia; BORBA, Paulo. CRÍTICA À TEORIA DOS STAKEHOLDERS COMO FUNÇÃO-OBJETIVO CORPORATIVA. **Tutorial - Finanças**, São Paulo, p. 1-11, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36508/39229>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- JUNIOR, Flavio et al. Análise dos stakeholders das empresas industriais do estado de São Paulo. **Revista de Administração**, São Paulo, p. 1-13, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rausp/article/viewFile/86376/89048>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- STROEHER, A. M.; FREITAS, H. Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (CONTECSI), 3º, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2006. p. 233, 1 CD-ROM.
- SOUZA, Marta ; SANTOS, Maria . A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA CONTABILIDADE GERENCIAL: uma percepção dos conselheiros do CRC/MG1. **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerencias do Uni-BH** , Belo Horizonte, p. 1-35, jul. 2010. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/viewFile/56/33>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- SILVA, Waldemar . **COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS: divulgação e confirmação dos conteúdos dos relatórios de administração - 2006-2010** . 2012. 69 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração)- Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2012/dissertacao_waldemar_gabrich_silva_2012.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.
- RECEITA Federal do Brasil: O que se considera como microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) para efeitos do Simples Nacional?. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- BRASIL. Dispõe sobre as Sociedades por Ações n. 6404, de 15 de dez. de 1976. Companhia ou Sociedade Anônima. **Sociedades por Ações**. . Brasília, p. 1-73, dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.
- BRASIL. Alteração da leis das SA n. 11941, de 27 de maio de 2009. Alteração da legislação societária e tributária. **Alteração da leis das SA** . Brasília, p. 1-31, maio. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

EVAN, W. M., & FREEMAN, R. E. **A stakeholder theory of the modern corporation: Kantian capitalism.** In: T. Beauchamp & N. Bowie (Eds.), *Ethical theory and business* (2nd ed.): 75–93

VASCONCELOS, Y.L.; VIANA, A.L. **Evidenciação: forma e qualidade.** *Revista Brasileira de Contabilidade*, Ano XXXI, n.134, mar./abr. 2002.

CARLSSOM, WALL. *Management Accounting Information and Managerial Work.* **Accounting, Organization and Society**, [S.l.], p. 1-15, jan. 2010.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO AS EMPRESAS QUE COMPÕEM OS SEGMENTOS:
INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Aspectos sociodemográficos dos gestores:

a. Qual o nível de escolaridade?

 Nível Superior Nível Médio/Técnico

b. Qual a área de formação?

 Contabilidade Administração Economia Outras

2. Percepção dos gestores quanto a prestação de informações disponibilizadas pelos escritórios de contabilidade:

a. Os escritórios de contabilidade divulgam com regularidade as informações contábeis?

 Sim Nãob. As informações de natureza financeira, em regra, as obrigatórias em função de imposição legal são disponibilizadas aos *stakeholders* por parte dos escritórios de contabilidade? Sim Nãoc. As informações de natureza gerencial são disponibilizadas aos *stakeholders* por parte dos escritórios de contabilidade? Sim Não

d. Os escritórios de contabilidade prestam orientações e esclarecimentos acerca dos demonstrativos contábeis os quais disponibilizam?

 Sim Não